

Bresser: dívida vai virar capital de risco.

O ministro da Fazenda confirmou ontem ao *IT* que os estudos estão adiantados e a regulamentação deve sair a um mês

Dentro de um prazo de 30 a 40 dias, o Brasil terá regulamentada a forma de conversão da dívida externa em capital de risco. Os ajustes finais para a definição de como será a regulamentação estão sendo formulados em conjunto por técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central. A informação é do próprio ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda.

A principal preocupação do governo nessa regulamentação será impedir a compra de empresas nacionais por capitais estrangeiros e também de impedir que a conversão possa ter um impacto muito grande em termos de expansão na base monetária. Entre outras pendências em estudo estão questões como: se a conversão deve ser só dos juros ou do principal e se o governo deveria ou não se apropriar da parte do deságio.

Um ponto importante dessa regulamentação, que pode ser descrita como em sua fase de reta final, é a dúvida se deverá haver priorização de setores e, se isso ocorrer, quais seriam os principais beneficiados com o ingresso de capital.

O grupo que atua nessa tarefa de encontrar o caminho para a regulamentação está muito atento a outro aspecto: não se deve permitir que a conversão venha perturbar a luta contra a inflação pressionando a base monetária. Esse ponto é, talvez, o mais difícil para ser contornado. Mas sente-se clima de otimismo entre os assessores do Ministério e do Banco Central em relação à saída que servirá para atender os interesses internos do País e, em especial, permitir que os credores que já demonstraram interesse nessa conversão não percam mais tempo. Outra posição também já está definida: a regulamentação da conversão em nada influirá na renegociação da dívida

externa, porque não se pretende criar interdependência.

Ao que tudo indica, a regulamentação da conversão deverá ocorrer através do Banco Central, mas, certamente, antes deverá haver discussão que passará pelas bases políticas e alguns segmentos da vida econômica brasileira. Desta vez, no entanto, sente-se que os aspectos políticos terão menor peso na decisão final da regulamentação, que vem conquistando apoio em quase todos os setores da sociedade.

O ministro da Fazenda afirmou, durante o encontro com empresários paulistas, que pretende buscar a renegociação da dívida externa através de meios não convencionais que incluam a proposta de financiamento de juros de US\$ 7,2 bilhões para este e o próximo ano e também a redução dos *spreads* para zero e sistemas de saídas para bancos pequenos.

— A idéia de compatibilizar crescimento e estabilidade de preços com o serviço da dívida de US\$ 110 bilhões, quatro vezes nossas exportações, é uma tarefa difícil e que exigirá muito sacrifício — disse Bresser Pereira, lembrando que este é um país muito grande para ser monitorado pelo FMI como em 1983. Mas admite que, embora sócios do Fundo, “não vale a pena dar excesso de poder ao FMI” com o qual o Brasil poderá “fazer um acordo mais tarde, mas sem a vinculação com os bancos”.

O ministro procurou uma forma de tranquilizar os empresários e executivos. Disse não acreditar que na Constituinte seja aprovada alguma medida com resquício de nacionalismo vesgo contra as empresas multinacionais, como o registrado na década de 50. Pediu que se confiasse no Brasil e que fossem ampliados os investimentos produtivos no País.

Edson di Fonzo

Nakano: negociação sem questão fechada.

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, disse ontem, em São Paulo, logo após retornar de uma viagem ao Japão, que em seus contatos com autoridades japonesas ficou claro que elas imaginam uma saída convencional para a renegociação da nossa dívida externa, ou seja, que passa pelo FMI. Mas, ressaltou Nakano, ficou patente que estão abertas a outras alternativas, desde que apresentadas com consistência.

Em outras palavras, Yoshiaki Nakano salientou que os Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio, das Relações Exteriores e do Planejamento, o Eximbank do Japão e o Overseas Economic Cooperation mostraram-se flexíveis “para uma posição intermediária” no caso da dívida brasileira. “O importante — disse Nakano — é que não existe uma questão fechada”, lembrando que o governo japonês participa dessa postura.

Ele acrescentou ainda que “eles têm dinheiro e estão interessados em emprestar ao Brasil e já pedem até projetos de investimentos que apresentaremos em breve”. Quanto a esses recursos virem a ser aplicados em forma de capital de risco no Brasil, Nakano expli-



cou que também existe interesse, “mas eles estão aguardando uma definição mais clara da economia”.

Além disso, o assessor especial do Ministério da Fazenda observou que não tratou com representantes da Toyota possíveis investimentos da empresa no Brasil. Limitou-se a adiantar que, durante a sua viagem de regresso ao País, conversou com o presidente da Kawazaki, que estaria vindo para avaliar um programa de novos investimentos de risco no Brasil. **Sérgio L. Rodrigues**

O País deve ir ao FMI enquanto fecha um acordo com os bancos.

É a sugestão dos credores.

A sugestão geral que cinco deputados brasileiros estão ouvindo em seus encontros com altos funcionários do governo americano é de que o FMI não venha obrigatoriamente antes de um acordo, como esperam alguns bancos credores, e nem só depois, como pretende o ministro Bresser Pereira, mas que esteja presente, “simultaneamente”, às negociações previstas para setembro.

“Que tudo aconteça simultaneamente”, como explicam os deputados Aécio Neves (PMDB/MG), César Gals Neto (PDS/Ceará), Henrique Alves (PMDB/RN), Joaquim Haickel (PMDB/MA) e Sílvio Mitre (PMDB/MG). “Uma negociação conjunta. Foi o que nos disse, por exemplo, o assistente para nações em desenvolvimento do Departamento do Tesouro, James W. Conrow. E ele ainda prometeu que, se as negociações enfrentarem alguma dificuldade séria, próxima de um rompimento, os Estados Unidos estarão ao lado, para ajudar. Foi o que ouvimos também na Casa Branca.”

Esta delegação parlamentar esteve, na Casa Branca, com um assessor direto da Presidência, Lina J. Kojelis. E encontrou-se também, anteontem, durante um coquetel na Embaixada brasileira, com outra delegação de deputados brasileiros, que percorreu o roteiro do ministro Bresser Pereira em Nova York e em Washington. O ponto em comum entre as duas é a descoberta de que “os americanos não conhecem a realidade social brasileira”. Aécio Neves é quem volta a falar em nome do grupo.

amargo: “Não somos nenhuma prioridade nos Estados Unidos. Antes, tem a União Soviética. A Europa. A América Central. Vamos ter de negociar de nação para nação, sem qualquer tipo de paternalismo, sem nenhum sentimentalismo pelo Brasil”.

O deputado Sílvio Mitre acrescentou que nos encontros com representantes do Citicorp em Nova York e com funcionários do governo norte-americano em Washington “ficou claro que será impossível alcançar o *spread* zero”, uma das metas do ministro Bresser Pereira. O deputado César Gals Neto observou que “Bresser causou uma boa impressão nos Estados Unidos”, e todos concordaram que uma das causas para isso é a lembrança deixada pelo ex-ministro Funaro.

“Disseram-nos que os erros foram de todos — dos bancos credores, do FMI, do governo e do Brasil. E que agora todos devem dividir esta responsabilidade”, acrescentou o deputado César Gals. Foi ele também que concluiu, de uma conversa na Casa Branca e com o representante comercial norte-americano, que a nova legislação em exame no Congresso, prevendo sanções comerciais contra países que mantenham uma relação comercial injusta com os Estados Unidos, será vetada pelo presidente Reagan. “Ela não visa o Brasil em nenhum momento, mas o Japão, a Alemanha e outros países industrializados”, explicou.

Moisés Rabinovici,
de Washington